

REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

FILOLOGIA E ACERVOS

ARTIGO

“COPACABANA POSTO 6 – A MADRASTA”, DE CASSANDRA RIOS: POR UMA LEITURA CRÍTICO-FILOLÓGICA**“COPACABANA POSTO 6 – THE STEPMOTHER”, BY CASSANDRA RIOS: TOWARDS A CRITICAL-PHILOLOGICAL READING**

ANA OLIVEIRA

Graduanda em Letras Vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: carlaa@ufba.br

DÉBORA DE SOUZA

doutora em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Professora da UFBA/PPGLitCult. E-mail: deboras_23@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma leitura crítico-filológica do romance *Copacabana Posto 6 – A madrastra*, de Cassandra Rios, escritora considerada subversiva e alvo recorrente da censura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A análise articula pressupostos da Filologia, da Literatura, da Sociologia dos textos e da História cultural, confrontando diferentes edições da obra (1961, 1969, 1972, 1975 e 1980) com documentos censórios e materiais jornalísticos. A investigação evidencia as alterações textuais e editoriais, bem como o processo de silenciamento imposto à autora, cuja produção abordava a homossexualidade e problematizava discursos hegemônicos de gênero e sexualidade. A pesquisa demonstra como a literatura de Cassandra Rios contribuiu para a visibilidade de grupos marginalizados e para o questionamento das normas sociais e culturais do período, reforçando a relevância de sua obra no âmbito da crítica literária e da resistência política.

Palavras-chave: Cassandra Rios; crítica filológica; censura; literatura homoerótica; ditadura militar.

ABSTRACT

This article presents a critical-philological reading of the novel *Copacabana Posto 6 – The Stepmother*, by Cassandra Rios, a writer considered subversive and frequently targeted by censorship during the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). The analysis combines approaches from Philology, Literature, Sociology of Texts, and Cultural History, comparing different editions of the novel (1961, 1969, 1972, 1975, and 1980) with censorship documents and press materials. The study highlights textual and editorial changes, as well as the silencing processes imposed on the author, whose works explored homosexuality and challenged hegemonic discourses on gender and sexuality. The research demonstrates how Cassandra Rios's literature contributed to the visibility of marginalized groups and questioned the cultural and social norms of the period, reinforcing the significance of her work within literary criticism and political resistance.

Keywords: Cassandra Rios; philological criticism; censorship; homoerotic literature; military dictatorship.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em uma perspectiva filológica, objetivamos apresentar um estudo crítico do texto “Copacabana Posto 6 – A Madrasta”, parte da produção literária de Odette Pérez Rios (1932 – 2002), mais conhecida como Cassandra Rios, autora paulistana considerada pornográfica, maldita e subversiva, não somente pela sociedade conservadora e cristã, mas, também, pelos órgãos de Censura durante a ditadura civil-militar (1964 – 1985), sob a justificativa de ferir à moral e aos bons costumes.

A escritora, em suas obras, apresentou personagens, relações e narrativas homossexuais, colocando em discussão o tema da homossexualidade, em uma perspectiva socio-cultural, e, por conseguinte, problematizando discursos preconceituosos e opressores. Ela participou de forma ativa da criação de uma literatura voltada para homossexuais e lésbicas no Brasil, o que, de certa forma, possibilitou a visibilidade desses grupos marginalizados. Para publicar suas obras sem sofrer com a repressão da divisão de Censura de Diversões Públicas (DCdP), Rios utilizou outros pseudônimos, masculinos e estrangeiros, como Rivers, Stroms, Fleuve e Rivier.

Neste trabalho, adotamos pressupostos teóricos da Filologia, da Literatura, da Sociologia dos textos e da História cultural, e procedimentos metodológicos da Crítica textual, na leitura do referido romance, em seus aspectos material, literário, social, histórico-cultural e político, texto submetido aos órgãos censórios em 1975, confrontando-o com o texto de outras edições, de 1961, 1969, 1972 e 1980. Para a elaboração de comentários, de natureza diversa, serão considerados também documentos da imprensa e da Censura, fontes consultadas em diferentes arquivos digitais.

Este estudo faz parte do Plano de trabalho intitulado “A produção literária de Cassandra Rios: acervo, escrita, sexualidade e censura”, desenvolvido de forma voluntária durante o período 2022/2023, sob a orientação da Profa. Dra. Débora de Souza, no âmbito do Grupo de Pesquisa *Nova Studia Philologica*, Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ampliando o escopo de investigação acerca da escrita de autoria feminina do século XX, produzida, sobretudo, durante a ditadura.

Temos desenvolvido pesquisas bibliográficas e documentais, em diferentes instituições de guarda, e reunido, em espaço virtual, obras literárias, documentos censórios e textos de imprensa relativos à produção de Cassandra Rios. A leitura crítica desse material permite-nos (i) discutir teorias e práticas editoriais de textos modernos, em especial, de romances; (ii) dar a conhecer e a ler parte da produção literária de Rios; (iii) discutir a função social e política da literatura; (iv) tecer reflexões acerca de arquivo, escrita, Censura e sexualidade, bem como sobre a configuração de uma literatura gay no Brasil; (v) atuar no processo de (re) construção da história da literatura brasileira (o que pode provocar, como efeito, um descentramento do cânone lite-

rário do século XX); promover debate acerca de práticas de resistência de grupos LGBTQIA+, ofertando subsídios para outras pesquisas.

FILOLOGIA, LITERATURA, SOCIOLOGIA DOS TEXTOS E HISTÓRIA CULTURAL EM DIÁLOGO

A Filologia encarrega-se de estudar o texto a partir da análise de seus aspectos materiais, linguísticos, históricos e culturais. Na antiguidade, a Filologia ocupava-se de diferentes atividades; com o passar do tempo, delimitou-se sua atuação, enquanto Crítica textual, à edição e crítica do texto, preocupada com os processos de produção, transmissão e circulação textuais, no que tange a manuscritos, datiloscritos, impressos e/ou digitoscritos (Borges, 2012).

Segundo Borges (2015, p. 55), “a filologia/crítica textual ocupa-se da preservação, recuperação e edição de textos, para, desse modo, [...] [atualizar] a memória daqueles que os produziram, além de representá-los”, em uma perspectiva interdisciplinar. No âmbito da ETTC, tem-se realizado pesquisas acerca da produção teatral e literária desenvolvida no período da ditadura, colocando em relação diferentes saberes.

Neste trabalho, colocam-se em diálogo, sobretudo, a Filologia, a Literatura, a Sociologia dos textos e a História cultural, para estudar parte da produção literária censurada de Cassandra Rios, datada entre as décadas de 1960-1980. Compreendendo literatura como atividade social, entendemos que

[a]s condições de produção e de circulação das obras são primeiramente determinadas pelas relações que os poderes políticos, econômicos e religiosos mantêm com a literatura e o papel social que eles atribuem a ela. Elas dependem, em segundo lugar, do recrutamento social dos escritores, das condições de exercício deste ofício, de sua organização profissional, assim como dos modos de funcionamento do mundo das letras e de suas instituições (academias, cenáculos, prêmios literários, revistas) (Sapiro, 2019, p. 49).

Instâncias externas, vinculadas aos eixos ideológico e econômico, atuam no processo de produção e circulação dos produtos culturais. Segundo Sapiro (2019, p. 49-50),

[o] enquadramento ideológico se opera, de acordo com o tipo de regime, pelo controle da publicação (censura ou legislação restritiva da liberdade de expressão, listas de interdição), pela regulamentação das trocas econômicas e pela organização profissional. [...] Os arquivos da censura revelam as categorias de julgamento e os princípios de classificação dos representantes do aparelho estatal de controle [...].

Nesse sentido, segundo o Relatório da Comissão da Verdade (Brasil, 2014), Cassandra Rios foi a artista mais censurada e perseguida do país durante a ditadura. Ela foi alvo de diversas críticas, sendo considerada subversiva,

perversa e pornográfica, uma vez que não correspondia aos princípios cristãos da sociedade brasileira. A partir da primeira publicação, “A volúpia do pecado”, em 1948, Rios debruça-se sobre os corpos lésbicos, gays e travestis, a fim de abordar a vivência desses grupos marginalizados. “Cassandra Rios tornou-se um dos primeiros autores a escrever literatura gay e lésbica no Brasil” (Santos, 2003). Como consequência, a escritora experimentou uma série de punições empreendida pelos censores, os quais mobilizavam saberes e noções biológicas de gênero e sexo, parte da ciência ocidental moderna, para justificar a perseguição.

Nos anos 60 e 70, houve uma expansão dos movimentos fascistas e ditatoriais em toda a América Latina, o que, por consequência, culminou na chegada do primeiro presidente militar, Castello Branco. A cultura, sobretudo, a literatura, entrava em seu período mais nefasto, sendo afetada pelos censores do regime militar. Entretanto, foi em 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Costa e Silva, que a ditadura mostrou sua face mais perversa e truculenta. Houve perseguição a artistas, escritores, jornalistas e políticos, sob a justificativa de uma ameaça comunista, como também, havia a alegação de que tais figuras seriam responsáveis pela ruptura da moral e dos bons costumes da sociedade brasileira (Santos, 2003).

Em meio às preocupações quanto a conteúdos considerados inapropriados e ofensivos à moral e aos bons costumes, instituiu-se, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, estruturado pelo ministro da época, Alfredo Buzaid, o decreto-Lei n.º 1077/1970, por meio do qual se justificava o veto a livros e periódicos (Brasil, 1970). Leiamos parte do referido documento:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. [...]

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. [...]

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação [...];

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa. [...] (Brasil, 1970).

desse modo, criou-se no âmbito cultural uma atmosfera obscura, principalmente nos campos literários; escritores e

editores sofreram com a perseguição de obras e o fechamento de editoras (Brasil, 2014). Na ditadura civil-militar estabeleceu-se a falsa ideia do Brasil como um país que necessitava retornar às raízes conservadoras, destruídas por comportamentos e ideologias de esquerda. No governo de Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, que tinha Armando Ribeiro Severo Falcão no Ministério da Justiça, houve um enrijecimento dos censores e um aumento significativo no número de livros submetidos à Censura, consequentemente, resultou em maiores índices de publicações proibidas (Brasil, 2014).

de acordo com os relatórios, durante o ano de 1975 foram apreendidos 52.962 exemplares de livros; em 1977, este número diminuiu para 16.842 exemplares e, no ano de 1978, há um aumento excessivo e 226.641 exemplares são confiscados. Apesar da inexistência de dados referentes a outros anos, pode-se perceber que o montante de livros apreendidos durante a década de 1970 foi bastante significativo, atingindo milhares de obras (Brasil, 2014).

Muitas vezes, o processo censório a livros iniciava-se a partir de denúncias por meio de cartas ou ligações telefônicas ao Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCoP) por grupos e indivíduos que sentissem seus valores éticos e morais feridos (Brasil, 2014). Além disso, existia ainda a “supercensura”, que agia em um formato implícito, nos bastidores, ou melhor, nos bastidores dos departamentos de polícia (Garcia, 2008). Nesse caso, a solicitação de exame e/ou de proibição de determinada obra era feita por parte de figuras poderosas ligadas ao Ministério da Justiça ou outros departamentos de Polícia Federal (Garcia, 2008).

Após denúncia e solicitação de exame censório, os livros passavam por análise de técnicos de Censura que emitiam pareceres com base no supracitado decreto-Lei. Constatados conteúdos contra as convenções morais pré-estabelecidas, a obra era vetada, sendo proibida a publicação e circulação em todo o território nacional. Nesse contexto de repressão, com quarenta e seis (46) livros publicados, Cassandra Rios sofreu com a apreensão de trinta (30) de seus livros, isto rendeu à autora a reputação de “autora mais proibida do país” (Moraes; Lapeiz, 1983).

Cassandra Rios, em suas obras literárias, apresentava personagens, relações e narrativas homossexuais, colocando em discussão o tema da homossexualidade, problematizando discursos preconceituosos e opressores. Entretanto, os textos da escritora têm abordagens múltiplas, não se limitam a questões sobre a sexualidade, transcorrendo por lugares sociopolíticos invisibilizados pela sociedade. Conforme afirma Valim (2020, p. 5), “[a] orientação sexual era sim um ponto principal no enredo, mas elas possuíam um arco dentro da narrativa que as construía para além de seus desejos.”

devido à essa principal temática, da homossexualidade, a Censura coibiu veementemente as publicações de Rios durante muitos anos. Todavia, a autora não deixou de produzir e criou formas de esquivar-se dos censores,

utilizando diversos pseudônimos (por exemplo, Oliver River's, Olivia Stroms e Clarence Rivier, alguns dos pseudônimos reconhecidos, posteriormente, pela escritora). Além disso, segundo Resende (2019, p. 122), “[...] é possível observar que o uso de nomes de autores masculinos e estrangeiros não se deva somente a uma estratégia editorial para driblar a censura militar [...]”, mas para publicar e vender as obras, driblando, conseqüentemente, uma crise financeira que acometia a autora.

Sob tais pseudônimos, Rios publicou seus romances, que compõem a “Love sex collection”, pela editora Gama, ao longo dos anos de 1978 a 1980 (Resende, 2019).

Em consonância com este posicionamento, em 1978, o “Lampião da Esquina” – “[...] jornal [...] produzido por [...] escritores e intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo, [...] veículo para discussão sobre sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo” (Green *et al.*, 2003, p. 50) – intitulou a entrevista concedida pela escritora da seguinte forma: “Cassandra Rios ainda resiste — com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever” (Lampião da Esquina, 1978). Cassandra Rios adentrou em um cenário obscuro: livros apreendidos, editora (da autora) fechada e perseguição da Censura.

É importante lembrar que “[o] movimento homossexual tem seu surgimento no Brasil, registrado pela bibliografia sobre o tema, na segunda metade dos anos 1970 [...]” (Facchini, 2003, p. 84), como parte integrante dos movimentos sociais contra o regime vigente à época. Naquele momento, o movimento homossexual configurava-se

[...] como o conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de qualquer uma das identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento (Facchini, 2003, p. 84).

Em defesa de uma politização da questão da homossexualidade, foi fundado, no Brasil, em 1978, o Grupo de Afirmação Homossexual intitulado SOMOS, que esteve diretamente envolvido com outros movimentos e manifestações (Green *et al.*, 2003). Os membros desse grupo liam o jornal “Lampião da Esquina” e defendiam a união de minorias (mulheres, negros, homossexuais) na luta pela democracia, sem a qual nenhum direito seria alcançado (Green *et al.*, 2003).

Segundo Góes e Bari (2021, p. 9), no âmbito do regime, “[a] subversão que ‘tirava’ a harmonia da sociedade deveria então ser combatida em nome da ordem e tranquilidade.” desse modo, a referida autora e seus livros foram classificados como subversivos, repetidamente, nos documentos censórios. Contudo, provavelmente, a autora não era reprimida apenas por escrever “obscenidades entre mulheres”, mas, também, por ser uma mulher lésbica, que, de certo modo, não performava a feminilidade exigida pela sociedade à época, e, ainda, trazia em sua literatura a representação de corpos transgressores.

de acordo com Fagundes (1974, p. 148, grifo do autor),

[a] definição de **bons costumes** está intimamente ligada à acepção moral. Se se refere ao costume, diz respeito àquilo que é usual, habitual, cotidiano, trivial na conduta de um membro de determinada sociedade. Se são bons, são moralmente sadios, válidos, louváveis dentro daquele mesmo contexto social. [...]. Não é, pois, válido nem admissível, face à legislação de censura, procurar-se, através da diversão pública, subverter essa ordem de valores morais, ou confundi-la.

Para exemplificação da pesquisa em desenvolvimento, apresentamos uma leitura crítica de um desses livros censurados, o romance “Copacabana Posto 6 – A Madrasta”, texto submetido aos órgãos censórios em 1975, confrontando-o com o texto de outras edições, de 1961, 1969, 1972 e 1980. Para a elaboração de comentários, de natureza diversa, serão considerados também documentos da imprensa e da Censura, fontes consultadas em diferentes arquivos digitais.

Leitura crítico-filológica de “Copacabana Posto 6 – A Madrasta”

A fim de estudar parte da produção literária de Cassandra Rios, no âmbito do supracitado Plano de trabalho, desenvolvemos diferentes atividades dentre as quais destacamos a pesquisa documental a diferentes acervos digitais, do Arquivo Nacional, Arquivo Lésbico Brasileiro, Museu da Diversidade, Hemeroteca digital, Instituto Odeon, Biblioteca Virtual do Rio de Janeiro, A Tribuna, Correio Paulista, Folha de São Paulo, Correio da manhã, Estadão e O Globo.

Na Coordenação Regional do Arquivo Nacional no distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCdP), Série Publicações) (COREG-AN-DF (DCdP)), encontram-se documentos relativos a processos de publicações, datados do período de 1966 a 1988. Quanto à produção censurada de Rios, submetida a exame na década de 1970, conservam-se na COREG-AN-DF (DCdP) os processos censórios de algumas obras (Cf. Quadro 1).

Dentre essa documentação, consultaram-se os processos censórios referentes aos livros: “A borboleta branca”, “As traças”, “A sarjeta”, “A paranóica”, “A história de Fábria”, “Copacabana Posto 6 – A Madrasta”, “Marcella”, “Macária”, “Nicoletta Ninfeta”, “Uma mulher diferente”, “Georgette”, “A volúpia do pecado” e “Tessa, a gata”, todos processos lacunares. Esses apresentam, de modo geral, as espécies documentais ofício, parecer, despacho e radiograma. Outrossim, não houve apenas a proibição de livros ou a retirada de circulação, possivelmente algumas das obras que não constam na relação da DCdP, podem ter sofrido com o processo de queima de livros, recorrente no período, principalmente, sob a justificativa de ter um conteúdo pautado em ideologias comunistas, além de ir contra a moral e aos bons costumes (Greenhalgh, 2020).

Quadro 1 - Relação de livros censurados de autoria de Cassandra Rios (COREG-AN-dF (dCdp))

Título do livro	Editora	Parecer	Ano	Observação
<i>A serpente e a flor</i>	Record	Sem parecer	1972	Somente o livro
<i>As traças</i>	Mundo Musical	Parecer – Vetado	1975	---
<i>Copacabana Posto 6 – A madrasta</i>				
<i>Marcella</i>	Record			
<i>Uma mulher diferente</i>	Mundo Musical			
<i>Georgette</i>				
<i>Volúpia do pecado</i>			Sem livro	
<i>Tessa, a gata</i>				
<i>A borboleta branca</i>			---	
<i>Veneno</i>	Record			
<i>Macária</i>	Hemus			
<i>Nicoleta ninfeta</i>	Record	Parecer – Vetado	1976	Sem livro
<i>A breve estória de Fábila</i>	Mundo Musical			
<i>A sarjeta</i>				
<i>Mutreta</i>	Gama	Sem parecer	1977	Somente o livro
<i>O bruxo espanhol</i>				
<i>A paranóica</i>	Global Editora	Parecer – Vetado	1978	Sem livro
<i>O gigolô</i>	Gama	Sem parecer	1979	Somente o livro
<i>A piranha sagrada</i>	Top Livros		---	

Fonte: Elaborado pelas autoras (adaptado do Inventário da Série Publicações da COREG-AN-dF (dCdp)).

“Copacabana Posto 6 – A madrasta”, um desses livros, foi integralmente vetado quando submetido aos órgãos de Censura, em 1975. No processo censório, além do livro¹, sétima (7ª) edição publicada pela Editora Mundo Musical (mesma versão do texto publicado em 1969, 1972 e 1980), constam os seguintes documentos: Ofício n. 1.447/75, Parecer n. 1.711/[75], [despacho], [Telegrama] n. 2292/75, Radiograma Circular n. 160/75 e [Ofício].

No Ofício n.º 1.447/75, o diretor Geral do dPF, submete à consideração do Ministro da Justiça um exemplar do referido livro. O diretor informa “[...] que por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, [...], está sujeito à medida prevista no artigo 3º do decreto-lei nº 1.077, de 1970” (Ofício..., 1975). Nesse Artigo, estabelece-se que “[v]erificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares” (Brasil, 1970).

O diretor registra ainda que

[n]esta hora em que o Governo está empenhado em reprimir, como urge, a disseminação de literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira, parece-me oportuno e necessário que além da apreensão dos exemplares não liberados sejam os editores responsabilizados criminalmente, de acordo com o que preceitua o artigo 5 do decreto nº 1.077, de 1970, único meio de conter o crescente surgimento de obras desse gênero (Ofício..., 1975).

No Artigo 5º, lemos:

A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação [...];

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa. [...] (Brasil, 1970).

Registra-se, assim, uma visão conservadora, heterossexual e preconceituosa acerca da literatura homoerótica. Classifica-se a literatura sobre pessoas homossexuais como desmoralizante, pornográfica, inferior e responsável por romper com as raízes morais do país. No mesmo documento, há ainda a indicação de apreensão dos exemplares e criminalização dos editores da obra.

No Parecer censório n.º 1711/[75], anexado ao referido documento, a técnica apresenta uma breve síntese da obra e tece uma crítica preconceituosa quanto à mensagem do livro, à temática, ao enredo, ao final da estória, às apropriações religiosas e à literatura homossexual. Aponta para as páginas 200-202 às quais julga que “[...] a autora tenta com injustificadas **citações bíblicas subverter conceitos morais** em uma **infeliz sub literatice** para justificar o tema a que se propôs” (Parecer..., 1975, grifo nosso). Por fim, com base no referido decreto-Lei, indica o veto.

¹Conforme a Lei nº 9610 de 19 de fevereiro de 1998, que regulamenta os direitos autorais no Brasil, o Arquivo Nacional não disponibiliza a reprodução do livro na íntegra, mas somente de partes do documento.

Nas referidas páginas 200, 201 e 202, há uma reflexão em que se relaciona religião e sexualidade. Entre as páginas 193 e 204, tem-se um debate entre a personagem principal e as amigas em relação à Bíblia e a Deus, com a citação de versículos. À página 200, há a exposição do que motivou a personagem principal ler a Bíblia:

[...] buscando explicações e conselhos. Para entender teologicamente [sic] a gênese da vida, de onde viemos, e para alcançar uma visão melhor, para conseguir aproximar-me da razão, fazendo um retrato de Deus. Para ter uma ideia de Sua Imagem! Para entender o que sou! E mais ainda, na esperança de encontrar uma palavra que não condenasse o homossexualismo (Rios, 1969, p. 200).

Indagações sobre os escritos e o questionamento quanto à veracidade e às intenções dos autores do livro sagrado também foram feitas:

[...] [t]udo isso que li [sic] na Bíblia, é coação dos homens poderosos, usando o nome de Deus para os seus propósitos de submeter o povo, inculcando o medo! [sic] Nada mais! Entretanto, aceito também que de igual modo, como os pais castigam ou repreendem seus filhos, para que se eduquem, Deus também dá seus castigos para que possamos fazer o julgamento de nós mesmos (Rios, 1969, p. 202).

Embora Rios tenha sido recordista de vendagem (Moraes; Lapeiz, 1983), a resistência da literatura cassandriana não se limitava apenas à liberdade de corpos dissidentes, mas, também, à luta da autora contra o lugar de “subliterata”, lugar este atribuído a ela pelos conservadores e censores militares que a consideravam subversiva (Parecer..., [1975]). A autora retratava em seus romances ficcionais as histórias amorosas e prazeres sexuais de homossexuais sem pudor (Valim, 2020).

Rios reivindicava o lugar da mulher enquanto escritora:

TPM: Seus livros causavam mais escândalos por terem sido escritos por uma mulher?

Cassandra Rios: Ah, sim, sem dúvida. Fui massacrada por isso. Desde os primórdios da civilização a mulher luta pelo direito de falar, de pensar. Se o homem escreve, ele é sábio, experiente. Se a mulher escreve, é ninfomaniaca, tarada. Nunca pensei desse jeito. Escrevi com a ingenuidade de quem nasce escritor (Luna, 2001).

É nesse lugar que Cassandra Rios se impõe como crucial não apenas para a literatura, mas também como uma agente social, pois, a partir de seu posicionamento e de sua produção literária, pode-se promover deslocamentos, descentramentos, no que tange ao pensamento ocidental, cristão, patriarcal e colonialista, no qual se associa sexo a pecado – ao invés de tratá-lo em suas dimensões sociais, culturais e históricas, enquanto construção –, isto em relação

à mulher, visto que são as vítimas de um certo puritanismo posto pelo patriarcado (Luna, 2001).

“A apropriação dos discursos sobre o gênero e o corpo femininos esteve no centro da revolução feminista dos anos 1970, confundindo as fronteiras entre os sexos [Naudier, 2000]” (Sapiro, 2019, p. 81). No que se refere à

desconstrução do gênero, o projeto se apoiaria em três pilares: a ruptura radical entre a noção biológica de sexo e a de gênero; a primazia desta e de seu caráter relacional, de maneira a negar qualquer substancialidade a categorias de homem e mulher, masculino e feminino; a transversalidade do gênero como construção social que perpassa as diferentes áreas do social. Romper com a essência feminina ou masculina e com a determinação biológica seria a base para erigir um novo paradigma que se traduziria nos estudos de gênero, em que o simbólico seria englobante do cultural, social e econômico, em contraposição ao biológico (Arruda, 2019, p. 343).

Nessa perspectiva, “[o] binarismo sexual e a hierarquia masculino/feminino são abaladas por toda uma tradição literária que coloca em cena as figuras da lésbica e da mulher emancipada, duas encarnações do terceiro sexo que aspiram a se libertar da dominação masculina [...]” (Sapiro, 2019, p. 80). Nessa tradição, insere-se Cassandra Rios, autora que negou a classificação de “pornográficos” quanto a seus livros e explicou: “[m]eus livros não são pornográficos. São livros de amor. Falam da atração que uma pessoa exerce sobre a outra” (Luna, 2001).

Essa representação literária não foi vista como uma prática social importante, mas como uma afronta à sociedade brasileira. Logo, a literatura homoerótica ganhou um *status* de imoral, sendo “[...] o artigo 5º do decreto-lei n.º 1.077, de 1970, **único meio de conter o crescente surgimento de obras desse gênero**” (Ofício..., 1975, grifo nosso). Nesse sentido, o Ministro da Justiça acatou a indicação do diretor e da técnica, e, portanto, proibiu a publicação e a circulação do livro “Copacabana Posto 6 – A madrasta” em todo o território nacional. Além disso, determinou “[...] a apreensão de todos os seus exemplares expostos à venda, por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes, além de serem seus editores responsabilizados criminalmente” ([Despacho], 1975).

Merece destaque ainda o Radiograma Circular n. 160/75, uma vez que, por meio desse documento transmite-se a decisão de proibição e a ordem de apreensão dos exemplares dos livros “Copacabana Posto 6” e “As Traças”, de Cassandra Rios, “Há um tempo não tenho relações com o leitão”, de Rex Schindler, “Quando o diabo se diverte”, “A filha de ninguém”, de Dr. G. Pop, “Alô sim”, Madame Claude, “duelo entre duas mulheres”, de Brigitte Bijou e “Liberdades sexuais”, de Felisberto da Silva (Radiograma..., 1975).

Além das edições anteriormente mencionadas (7ª edição, de 1975, editora Mundo Musical, submetida à exame censório; 4ª edição, 1969, São Nicolau; 5ª edição, 1972, Mundo

Musical; e 8ª edição, 1980, Record), as quais apresentam a mesma versão do texto, embora tenham capa, editora, ano de publicação e aspecto gramatical (grafia e acentuação) distintos, há ainda que considerar a primeira (1ª) edição de “Copacabana Posto 6 – A madrasta”, datada de 1961, de editora desconhecida.

Nessa primeira edição o livro contém 214 páginas, vinte e seis (24) capítulos enumerados; nas demais edições, o livro apresenta 279 páginas (nas edições de 1969, 1972 e 1975, os capítulos são numerados até o décimo quinto (15); na edição 1980, há vinte e oito (28) capítulos. É importante ressaltar que os aspectos formais dos livros, como capa e

distribuição do texto, “[...] participam profundamente da construção de seus significados” (Chartier, 2002, p. 61).

Em relação ao conteúdo, ao enredo em si, a primeira edição apresenta uma versão do texto bastante distinta daquela versão encontrada nas referidas edições. Há distinção também quanto ao nome dos personagens: na primeira edição, Carla, nas demais, chama-se Laura; Tia Alzira, é Tia Mafalda; Alberto, o irmão, chama-se Sidney; Alfredo, o pai, atende por Egberto; Simmoni/Simmonni², a madrasta, agora é Jeanne-Marie.

Comparem-se partes de tais versões, para exemplificação, no quadro 2:

Quadro 2 - Confronto sinóptico entre versões de parte do livro “Copacabana Posto 6 – A madrasta”

Versão 1 (1961)	Versão 2 (1969, 1972, 1975 e 1980)
“FEIA, magra, desageitada e cheia de complexos. Num exame céptico e franco, Carla desnudou-se diante do espelho das reflexões analisadoras, usando os termos e medidas de um discernimento próprio de quem vê as coisas e as reconhece com a frieza de impecável sinceridade” (Rios, 1961, p. 13).	“Ela iria chegar com cara de protetora de animais sem dono. Tentaria conquistá-la, seria boazinha e maternal, e depois começaria a querer governar e a mandar em tudo” (Rios, 1969, 1972, 1975, 1980, p. 11).
“Carla desligou e foi para o gabinete onde o pai a esperava. Empurrou a porta e entrou. O homem de cabeça baixa ergueu o olhar para ela ” (Rios, 1961, p.206)	“As horas passaram. No fim da tarde, cansada de se engolfar nos mais desconstruídos pensamentos, Laura seguiu para o escritório na cidade, onde o pai a esperava, a fim de discutirem o assunto sobre o qual haviam falado francamente. Andou pelas proximidades antes de decidir-se a entrar no edifício da Campanhia. Finalmente tomou coragem. O homem de cabeça baixa ergueu o olhar para ela , empurrando a cadeira para trás.” (Rios, 1969, p. 273)
“– Vai... vai contar para meu pai... vai... conta-lhe isto também... E sem vacilar, num súbito impulso de loucura, de raiva e desejo, de ânsia e tara de amor, ela estendeu os braços com força rápida, ágil, puxou-a num abraço, prendeu-a, apertou-a, espremeu-a de encontro ao corpo, arrebatada, furiosa, na mais alucinada ância desceu a bôca úmida e aberta de Simmoni. Os lábios se esmagaram, fortemente, quentes, num beijo empolgado e guloso, sugando-a, puxando-lhe a língua, sugando a saliva, quase mordendo-a. Simonni não se movia. Estava sendo beijada arrebatadoramente, de forma tal que se imobilizava, de emoção, de sensação, e não sabia quantas coisas loucas e jamais imagináveis em toda sua vida, pois era a primeira vez que uma mulher, uma bôca de mulher se encontrava na sua, demorando tanto, fazendo aquilo, aquele beijo doido, desvairado, insano, perverso, desrespeitoso, sacrílego, delicioso!” (Rios, 1961, p. 136)	“– Vai conta-lhe isto também! Num impulso de arrebatamento e loucura estendeu os braços e puxou-a num abraço, grudando o corpo dela contra o seu com toda força. A bôca desvairada avançou na vertiginosa procura dos lábios extravagante que sonhar tantas vezes ter roubado! O corpo de Jeanne-Marie tremia. Espremeu-a, vibrante de emoção, nervos retezados, embrutecida de amor e paixão. Era paixão! Das que demetavam! A bôca sorvia-lhe o beijo numa sede de febre. Sentia os seios dela contra o peito.” (Rios, 1969, p. 243)
“No portão cruzaram com Alberto que voltava da casa dos amigos que fôra visitar. Ele gritou chamando-as, mas elas não responderam e seguiram no M.G. à toda velocidade pela avenida. Carla olhou para Simonni, os lábios dela se entreabriram: - Ecoute... Je t’aime... ecout..” (Rios, 1961, p. 211)	“Fôra a última pedra! A última pedra atirada contra a luz! Apagara-se o mundo de Laura.” (Rios, 1969, p. 279)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

²No texto da edição de 1961 há oscilação quanto ao registro do nome da personagem Simmoni/Simmonni.

Após o supracitado trecho, na versão 1, apresenta-se um poema, o que não se encontra nas versões posteriores. Por sua vez, não se verifica nessa primeira versão aquela passagem registrada pela Censura, às páginas 200-202, relativa ao veto de natureza moral e religiosa. Além disso, é relevante destacar dois pontos. O primeiro diz respeito à descoberta da verdadeira mãe da personagem principal que se dá de forma diferente: enquanto no romance de 1961 Carla através de um sonho tem essa revelação, na versão de 1975, é uma empregada da família que vende esta informação a qual fora escondida por muitos anos de Laura. O segundo refere-se ao final do romance. Carla e Simmoni/Simonni, na primeira versão, fogem juntas, mas, na versão censurada, há uma dramática cena em que ambas sofrem um acidente de carro e morrem de forma trágica.

Na primeira edição, de 1961, (a primeira versão do texto), com 24 capítulos, 214 páginas, narrado em terceira pessoa, o romance retrata a história de Carla, uma jovem mulher homossexual, cheia de desejos e sentimentos. Cresceu com a ausência do seu pai, Alfredo, depois da morte da mãe, Cleusa. Assim, viveu alguns anos na presença de seu irmão, Alberto, e sua tia Alzira. Com o retorno do pai junto à sua nova esposa, questões mexem com a cabeça e o comportamento da personagem principal, Carla não aceita ter uma madrasta.

Embora a relação entre pai e filha seja conflituosa, não aparenta ter a mesma densidade em relação a edição posterior, nesse sentido, apesar dos acontecimentos, Carla é mais aberta ao diálogo que Laura. Os embates nesta versão não são dotados de profundidade ou de questionamentos atormentadores para a personagem, por exemplo, a questão da homossexualidade não é muito discutida. No entanto, o intenso e apaixonado relacionamento de Carla e Simmoni/Simonni parece ser mais explorado no sentido sexual; a autora dedica o capítulo 19 inteiro para narrar o sexo entre as personagens, de forma erótica e intensa. Ademais, há em outras partes da narrativa cenas explícitas entre as duas.

Assim, a narrativa das duas versões é parecida enquanto história, mas o texto é outro. Na primeira versão do texto não se aprofundam as relações ou as questões sociais que são debatidas na outra versão, dessa forma, a autora parece explorar, posteriormente, estas questões de maneira mais complexa, tensionando alguns aspectos, criando ou deslocando acontecimentos e discursos. No romance de Carla com a madrasta o fim ganha um tom de liberdade, como se fosse uma vingança contra tudo que o pai da personagem fizera.

Nas demais edições (segunda versão do texto), apresenta-se aos seus leitores a história de Laura, uma jovem mulher lésbica, que explora as questões existências, sexuais e familiares, no Rio de Janeiro. Após a morte da mãe e o abandono do pai, Egberto, que se muda para França, Laura vive conflituosamente na presença da Tia Mafalda e do irmão Sidney. Com a notícia do retorno do pai, acompanhado da esposa francesa, Jeanne Marie, a personagem faz novas descobertas e com a sucessão de acontecimentos encontra-se imersa em conflitos.

Há um discurso denso de Laura sobre a homossexualidade, no qual se coloca em evidência a visão deturpada da sociedade para com as lésbicas:

[...] [q]uando vemos que fazem julgamentos bárbaros a nosso respeito! Que somos ninfômanas! [sic] Que saímos “a quatro”! Que o sexo é o que conta! Que somos desprezíveis escravas dos desejos carnis! É isso que pensam de nós e, é isso que nos mata, que nos faz morrer. Qual de vocês já não tentou ou pensou em suicídio? Vivemos caluniadas! [...] (Rios, 1969, p. 51).

desde os primeiros capítulos, dessa versão, é exposto o sofrimento vivenciado pela personagem por não ter uma aparência pautada no que seria considerado feminino para a sociedade da época, tanto em relação à estética quanto ao comportamento. Em razão disso, Laura rompe com ideais imaginados pelo pai; a consequência disso é o abalo no relacionamento entre eles, principalmente, quando Laura descobre que, na verdade, é filha da Tia Mafalda e ficou anos em uma configuração familiar mentirosa.

No escritório de Egberto, acontece a última discussão de Laura com o pai. Sem suportar as hipocrisias ditas, a personagem sai impetuosa e pressiona Jeanne-Marie, que aguardava na sala de espera, a acompanhá-la. Na cena final, Laura dirige em alta velocidade, sem ao menos ouvir os pedidos da madrasta para reduzir, o que implicou na colisão do carro no concreto que contornava um morro, assim, lançando o veículo em um precipício; ambas submergem e desaparecem no mar do Rio de Janeiro.

Há, nessa versão, uma morbidez entre Laura e Jeanne Marie; parece que o castigo recai sobre a filha por ter “roubado” a mulher do pai. Lembremos que o veto ao tema da sexualidade empreendido pelos órgãos de Censura dava-se considerando a perspectiva ou abordagem adotada quanto à sexualidade, sendo desejável uma abordagem pedagógica, formativa, em que o personagem contrário “à moral e aos bons costumes” fosse punido, castigado, de algum modo, por seu comportamento. Souza (2014), ao analisar o processo de Censura de “Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá”, texto teatral de Fernando Mello, comenta acerca da base argumentativa usada pelos técnicos: “[s]e não educa, se não civiliza, se não reorienta os desviados de suas práticas, não há razão para se considerar o texto um objeto estético de arte, por isso, não tem objetivo válido” (Souza, 2014, p. 284).

Todavia, no caso aqui apresentado, mesmo apresentando um final trágico, “não feliz para sempre”, o livro de Rios foi vetado na íntegra. A sexualidade, trabalhada de modo interseccional, está presente em todo o enredo, desde a primeira experiência lésbica de Laura até a noite em que ela tem relações sexuais com a madrasta. Rios não aborda apenas relações homoafetivas, discorre também, por exemplo, acerca das hipocrisias da classe média alta carioca, do mesmo modo que aborda o relacionamento paternal. Assim, o tema da sexualidade é construído considerando diferentes instâncias social, cultural e simbólica, o que permite repensar

noções tradicionais e homogeneizantes presentes no imaginário ocidental.

Em “História da Sexualidade I (A vontade de saber)”, Michel Foucault (2022) narra como a temática acerca do sexo é também política e se intensifica no século XIX. A modernidade se opôs, de certo modo, a discutir conteúdos de teor sexual, assim, o assunto se tornou proibido, indo em direção à censura — ainda que houvesse uma vontade de saber. “[...] [N]ão se pensava nas relações sexuais como dimensão constitutiva da vida em sociedade e como uma das definidoras de nossa forma de operar conceitualmente. A sexualidade era identificada à força instintiva, biológica e, assim, não merecia ser historicizada (Rago, 2019, p. 378).

Nesse sentido, a ficção cassandriana ousa não somente por falar em homossexualidade, mas por apresentar a sociedade brasileira o desejo feminino, sem despudor, oportunidade para discutir relações de gênero e poder, relações afetivas e sociais, identidades e diferenças sexuais, indo ao encontro de teorias feministas quanto à ideia de “[...] construção cultural das diferenças sexuais [...]” (Rago, 2019, p. 383).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

durante todo o processo criativo de uma obra até a versão final e, posteriormente, à circulação entre os leitores, há diversos sujeitos envolvidos no âmbito da mediação editorial, inclusive o autor, os quais participam da construção do texto. Rios publicou seus livros em diferentes editoras, ao longo dos anos, bem como criou uma editora, a CBS, e publicou alguns dos seus livros, participando, provavelmente, da tomada de decisões editoriais, principalmente, no que diz respeito ao processo de revisão e diagramação de suas próprias obras.

A ação de criação de uma editora, de autopublicação, e o uso de pseudônimos foram recursos usados por Rios para não silenciar, para continuar a escrever, publicar e, por conseguinte, ser lida. É preciso ponderar também quanto ao fato de que algumas obras de Cassandra Rios sofreram medidas restritivas impostas pelos órgãos de Censura anos depois de sua circulação (no caso do romance aqui estudado reiteramos que a primeira edição é datada de 1961, contudo, o livro só foi submetido à Censura em 1975). Esse fato foi registrado por uma técnica de Censura na avaliação do romance “A paranóica” (Rios, 1969), leiamos:

[o] livro foi escrito em 1969 e editado em 1976. Está, portanto, nas livrarias há cerca de três anos. Parece-me assim, que seria contraproducente proibir agora em 1979 a sua circulação. Essa providência serviria apenas para chamar atenção sobre um livro que passou despercebido. Tal medida, por outro lado, daria pretexto a autora para campanha publicitária em torno de seu nome e dos livros que tem escrito (Parecer..., 1979).

Nesse Parecer nº 04/1979, julgou-se a narrativa do referido livro vulgar e pouco literária, recomendando que

a venda fosse feita com invólucro plástico e a proibição para menores de 18 anos. Nesse sentido, a partir de análise crítico-filológica evidencia-se a relevância de Cassandra Rios para a literatura brasileira, principalmente, para a construção de uma literatura homossexual, essa que sofreu um aumento considerável e se faz muito presente na contemporaneidade. “Ela [Cassandra Rios] deixou uma herança literária importante que pode ser lida como subversão à heteronormativa e à invisibilidade gay e lésbica” (Santos, 2003, p. 29). Os movimentos LGBTQIA+ receberam a vasta contribuição da autora para a construção da memória e da resistência desses grupos marginalizados, oprimidos por um ideal de sociedade, de moral e bons costumes.

A literatura funcionava para Rios como dispositivo e espaço privilegiado para (re)construir a realidade, (re)ler o mundo, promover narrativas e interpretações, discutir relações sociais, sexuais e identitárias. Dar a conhecer e a ler tais narrativas, por meio de exercícios de edição e crítica filológica, é participar do processo de revisão da historiografia literária brasileira. As narrativas homoeróticas de Rios foram/são significativas para dar a lésbicas e gays um espaço de existência no campo literário, apesar da constante censura promovida pelo SCdP. Na documentação censória registra-se uma tentativa deliberada de silenciar Rios, como visto no processo da obra “Copacabana Posto 6 – A madrastra”, ação que vai ao encontro da sociedade brasileira conservadora da época, do pensamento ocidental religioso, por meio do qual se julga e condena o amor homossexual e trata do sexo e do prazer feminino como tabu.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Feminismo, gênero e representações sociais. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 335-355.

BORGES, Rosa; SACRAMENTO, Arivaldo de Souza; MATOS, Eduardo Silva Dantas de; ALMEIDA, Isabela Santos. **Edição de Texto e Crítica Filológica**. Salvador, Quarteto, 2012.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. v. 2. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm#:~:text=DECRETO%3A,sejam%20os%20meios%20de%20comunica%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, Rosa Borges Santos. A filologia e seu objeto: diferentes perspectivas de

estudo. **Philologus**, Revista do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, ano 9, n.26, Rio de Janeiro. 2003. disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413759/mod_resource/content/3/CARVALHO_RosaBorges_FilologiaEseuObjeto.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

CHARTIER, Roger. Morte ou transfiguração do leitor? In: _____. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora da UNESP, 2002. p. 101- 123.

[DESPACHO]. Brasília, 17 nov. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DcDP), Série Publicações).

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, São Paulo, v.10, n.18/19, p. 81-125, 2003. disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510>. Acesso em: 10 out. 2018.

FAGUNDES, Coriolano de Loyola Cabral. **Censura & liberdade de expressão**. São Paulo: Edital, 1974.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 14 ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Paz e Terra, 2022.

GARCIA, Miliandre. **“Ou vocês mudam ou acabam”**: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985). 2008. 420 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6341379/mod_resource/content/1/TEATRO%20E%20CENSURA%20NA%20DITADURA%20MILITAR.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

GÓES, Priscilla da Silva. BARI, Valéria. A leitura é um perigo para quem? Censura no período da ditadura militar e seus reflexos na atualidade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 17 n. 1, 2021. disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/58026>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GREEN, James N. et. al. Somos – Grupo de Afirmação Homossexual: 24 anos depois. Reflexões sobre os primeiros momentos do movimento homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, São Paulo, v.10, n. 18/19, p. 47-75, 2003. Mesa-redonda. disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2509>. Acesso em: 10 out. 2018

GREENHALGH, Raphael diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52231. disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52231>. Acesso em: 15 out. 2023.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Cassandra Rios ainda resiste**. 9ª edição. Rio de Janeiro, 05 out. 1978. p. 8-10. disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/09-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-05-OUTUBRO-1978.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

LUNA, Fernando. A perseguida. **Revista TPM**, São Paulo, Editora Trip, nº 3, p. 9, jul. 2001. disponível em: https://books.google.com.br/books?id=0ysEAAAAMBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 25 fev. 2023.

MORAES, Eliane Robert; LAPEIZ, Sandra. **Revista Mulherio. Cassandra Rios, popular e maldita**. 14ª edição. São Paulo, 1983. Arquivo disponível na Hemeroteca Digital.

OFÍCIO n. 1.447/75. Brasília, 06 nov. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DcDP), Série Publicações).

PARECER n. 04/79. Brasília, 05 jan. 1979. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DcDP), Série Publicações).

PARECER n. 1711/[75]. Rio de Janeiro, 27 out. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DcDP), Série Publicações).

RADIOGRAMA Circular n. 160/75. [Brasília], 19 nov. 1975. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal (Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DcDP), Série Publicações).

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 371-387.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...”: censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, jan./abr. 2014. disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-4014201400100008&script=sci_arttext. Acesso em: 21 mar. 2023.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar**. 2011. 130 f. Tese (Livre docência) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo. disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/100/tde-21082015-151559/pt-br.php>. Acesso em: 02 fev. 2023.

RESENDE, Marcelo Branquinho Massucatto. Odete, a Andrógina: pseudônimos masculinos de Cassandra Rios. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 24, p. 112-124, 2019. disponível em: <https://>

www.revistas.usp.br/crioula/article/view/162548. Acesso em: 25 fev. 2023.

Rios, Cassandra. **Copacabana Posto 6 – A Madrasta**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

Rios, Cassandra. **Copacabana Posto 6 - A Madrasta**. 7 ed. Rio de Janeiro: Mundo Musical, 1975.

Rios, Cassandra. **Copacabana Posto 6 - A Madrasta**. 5 ed. Rio de Janeiro: Mundo Musical, 1972.

Rios, Cassandra. **A Madrasta**. 4 ed. São Paulo: São Nicolau, 1969.

Rios, Cassandra. **A Paranóica**. São Paulo: Editora, 1969.

Rios, Cassandra. **Copacabana Posto 6**. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Spiker, 1961.

Rios, Cassandra. **A volúpia do pecado**. São Paulo: Rêde Latina Editôra, 1948.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil. **Gênero**, Niterói, v. 4, n. 1, p. 17-31, 2003. disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31019>. Acesso em: 21 fev. 2023.

SAPIRO, Gisèle. **Sociologia da literatura**. Tradução Juçara Valentino. Belo Horizonte: Moinhos: Contafios, 2019.

SOUZA, A. S. **Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá**: crítica filológica e estudo de sexualidades. 2014. 358 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27656>. Acesso em: 20 abr. 2017.